

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

As populações do Concelho de Angra do Heroísmo e de parte do Concelho da Praia da Vitória sofreram durante os últimos meses uma situação inadmissível ao nível do abastecimento de água.

Tais anomalias no abastecimento de água nunca obtiveram uma cabal explicação por parte das entidades públicas, que é, aliás, exigível no âmbito das suas atribuições. Pois, às mesmas cumpre fundamentalmente objectivos de interesse público.

Não nos esqueçamos que o abastecimento de água à população é uma competência própria das autarquias mas, também, não podemos esquecer as competências, claras e decisivas, no âmbito da gestão dos recursos hídricos da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

E é aqui que reside a grande questão... demitiu-se a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo da sua inalienável função junto das populações, como, também, se

demitiu o Governo Regional da sua competência nesta matéria olhando para o lado como se nada tivesse a ver com o assunto.

Foi este ano posto a nu, no Concelho de Angra do Heroísmo, a forma de actuar socialista – para quem tivesse dúvidas – quer ao nível autárquico como ao nível governamental.

E a certeza destas afirmações prendem-se tão só com o facto de que enquanto Presidente da Câmara Municipal, o actual Vice-Presidente do Governo, não aproveitou os fundos comunitários para investir competentemente no abastecimento de água à população, mas soube aproveitá-los ao ínfimo cêntimo, por exemplo, na proliferação de relvados sintéticos. Ao invés de outras autarquias que, apesar de desejarem fazer muitas outras coisas, sacrificaram os seus orçamentos para investir naquilo que mais interessa que é garantir o fornecimento de um bem essencial à população, como é a água.

A água constitui um recurso natural de significativo valor económico e social e numa região insular, como a nossa, a sua protecção e valorização é de superior importância.

Esquece-se, assim, o Governo Regional que não basta enunciar um conjunto de orientações de estratégia em

formato de Decreto Legislativo Regional... é preciso e necessário agir em conformidade.

É prova disso mesmo o Plano Regional da Água, aprovado em 2003, que, segundo o Governo Regional, constituía-se como *“o elemento estruturante de uma visão proactiva conducente a concretizar, com eficácia e rigor, a gestão integrada dos recursos hídricos”*, era assumido como *“o instrumento de planeamento de recursos hídricos”* onde eram consagrados *“os fundamentos e as grandes opções da política dos recursos hídricos para a Região”*

Neste sentido, foi defendido que o mesmo *“exige um esforço conjunto das administrações públicas regional e local e das entidades privadas.”*

Por tudo o que se tem vivido temos a certeza que não tem cumprido o seu papel!

E tudo isto se torna cada vez mais caricato, não só, pelas variadas e sucessivas desculpas avançadas, ao longo do tempo, pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, pelo Parecer inconclusivo encomendado pela mesma, mas, também, pelas declarações contraditórias dos dois últimos titulares da pasta governamental do Ambiente.

Afirmou a Secretária do Ambiente e do Mar do IX Governo, em entrevista concedida a um órgão de comunicação social, a 1 de Outubro de 2008, que *“No caso concreto da Terceira a questão passará pela Gestão(...). Temos bastante água, precisamos é saber trata-la bem.”* Enquanto que o actual Secretário afirmou, há cinco dias, que *“a diminuição da precipitação durante 2008 pôs a nu o impacto da actividade humana”* assumindo que houve uma *“politica errada”* – nomeadamente ao nível das arroteias - por parte do Governo Regional.

Todas estas declarações não são ingénuas e demonstram que as confissões governamentais surgem ao sabor dos actos eleitorais.

Pois, num momento de eleições regionais, é dito que a culpa é do Município e noutro momento, de proximidade de eleições autárquicas, é assumida uma certa culpa por parte do Governo.

É preciso seriedade nestas questões...

O Plano integrado anunciado, há cinco dias atrás, pelo Senhor Secretário do Ambiente, não consubstancia qualquer novidade, uma vez que, todos estes procedimentos estão, desde 2003, devidamente previstos

no Plano Regional da Água, mas nunca foram implementados.

E convenhamos, Senhor Secretário, que todas estas declarações passam mesmo um atestado de incompetência aos doze anos de Governação Socialista, qual ânsia de branquear as responsabilidades da autarquia angrense.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Não pode a população continuar a ser um mero peão no tabuleiro de xadrez da governação socialista. É preciso apurar responsabilidades - A culpa não pode continuar a morrer solteira!

Há uma real responsabilidade política, quer na acção, como na omissão e até nas más decisões, não só da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo como, também, do Governo Regional e esta tem de ser devidamente clarificada!

É, assim, de superior interesse constituir uma Comissão de Inquérito, destinada a averiguar as reais razões que provocaram as anomalias verificadas no abastecimento de água, à população e aos diversos sectores de actividade, no Concelho de Angra do Heroísmo, recensear procedimentos adequados para as corrigir e alertar para que outras situações da mesma natureza não ocorram;

É, igualmente, determinante saber:

Quais os efectivos dos recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) existentes na Ilha Terceira, nomeadamente em Angra do Heroísmo;

Com que base de suporte – estudos ou plano - tem sido gerido o abastecimento de água à população, em Angra do Heroísmo, e que sustentação teve a decisão de realização dos investimentos recentemente anunciados;

Quais as acções concretas que têm sido realizadas, pelo Governo Regional, desde 2003, no sentido de pôr em prática as orientações de estratégia definidas no Plano Regional da Água, nomeadamente:

- Melhorar a oferta e gerir a procura de água para as populações e actividades económicas;

- Reforçar a gestão integrada dos sistemas de abastecimento de água;
- Garantir a protecção das origens de água;
- Assegurar a prevenção e o controlo integrado associado às actividades industriais;
- Promover o planeamento e gestão integrada das águas e das zonas de recarga de aquíferos;

Quais as diligências efectuadas pelo Governo Regional junto da Câmara Municipal no sentido de coordenar a realização das obras da Via Vitorino Nemésio. Tendo presente que existem condutas que atravessam, ao nível subterrâneo, tal estrada e que devido a diversas rupturas foram desperdiçadas elevadas quantidades de água;

Qual o tipo de licenciamento atribuído e fiscalização efectuada, pelo Governo Regional, à actividade industrial localizada no domínio da Caldeira dos Cinco Picos, nomeadamente, no acompanhamento que deve ser feito aos registos das explosões;

Qual o estudo ou plano que sustentou o Governo Regional na decisão de incentivo ao arroteamento de terrenos, nomeadamente, na zona da Caldeira de Guilherme Moniz.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhoras e Senhores Membros do Governo

Quer o Governo queira ou não queira, a sua maioria nada poderá fazer quanto ao direito potestativo que nos assiste.

Cabe a esta Assembleia fiscalizar a actividade governativa e assim será... não cedendo perante as recorrentes desculpas de que tudo se está a resolver e o que passou, passou...

Os Angrenses não podem ficar sem respostas...

Os Angrenses não podem ficar a pensar que esta forma de actuar é natural...

E tudo faremos para que assim não seja!

Disse

Carla Bretão

Horta, 28 de Janeiro de 2008